

OS MODOS DE FAZER DOS/AS TRABALHADORES/AS NEGROS/AS NA CAPITAL DO TRABALHO (1900-1930)¹

Francisca Pereira Araújo²

Patrícia Cristina de Aragão Araújo³

Resumo: Este artigo se constitui num fragmento de um projeto de pesquisa que deverá resultar na monografia, requisito exigido para conclusão do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Aborda os modos de (re) invenção de práticas de sobrevivência dos/as afro-brasileiros/as durante as décadas iniciais do século XX na cidade de Campina Grande-PB. Investiga como a *Capital do Trabalho* acolheu esses ex-escravizados e quais os postos de trabalho que ocupavam nesse período. Busca auxiliar a fazer um reconhecimento das formas de sobrevivência dos/as negros/as no recorte temporal em estudo. Para identificar esses *modos de fazer* pretendemos dialogar com Certeau, Montenegro e alguns autores campinenses como: Lima, Pimentel, entre outros. Partindo dessa análise, inferimos que após a abolição da escravidão durante as primeiras décadas do século XX, os/as negros/as campinenses enfrentaram uma série de dilemas e (re) inventaram estratégias para enfrentarem os obstáculos.

Palavras-chave: Trabalhadores/as negros/as. Formas de sobrevivência. Pós-abolição. Campina Grande-PB.

Introdução

O ser humano através do trabalho transforma a natureza para obter sustento e bem-estar, criando entre as pessoas as relações sociais que marcam o cotidiano. No entanto, às vezes o trabalho é algo penoso, forçado, um esforço obrigatório, pouco reconfortante. Isso pode ser percebido na origem da palavra trabalho, que vem do latim *tripallium*, o nome de um instrumento com o qual se castigavam os escravos no tempo do Império Romano. O trabalho pode ser visto como uma atividade responsável pela produção de riquezas e o meio pelo qual garantimos o nosso próprio sustento.

O século XX foi um período marcado por grandes transformações mundiais, avanços e descobertas científicas, movimentos sociais, guerras e tensões entre os povos. Época de mudanças de intensidades jamais vistas, sendo que isso se refletiu também em relação ao trabalho. O tempo foi passando e nós plantamos, industrializamos, informatizamos e globalizamos.

Portanto, o trabalho é fator central na vida de homens e mulheres que, ao viverem num país capitalista, têm este sistema constituindo-lhes uma identidade e um modo de viver. Após a abolição da escravidão, durante o século XIX os negros do Novo Mundo enfrentaram uma série de dilemas para (re) construir sua cidadania. Além disso, sua condição anterior de cativos não lhes dava condições de competir em igualdade com a população branca na ordem capitalista.

Nesse sentido, várias estratégias foram moldadas para superar os obstáculos que surgiam aos afro-brasileiros. Assim, a escravidão, nos termos em que se desenvolveu no

¹ Quando dizemos *Capital do Trabalho* estamos nos referindo à cidade de Campina Grande-PB, devido ao seu caráter comercial e empreendedor.

² Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Colaboradora do Projeto de Extensão *História dos Bairros Campinenses* e Bolsista PIBIC do Projeto *A Tipografia Estrela da Poesia e sua produção editorial: Campina Grande (1953-1965)*.

³ Docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Novo Mundo, com o tráfico de seres humanos e o trabalho compulsório, se desestruturou e deu lugar a outras formas de organização do trabalho.

Uma das principais questões no período pós-emancipação nas ex-colônias e ex-sociedades escravocratas estava relacionada à maneira de assimilar a antiga população escrava em um novo contexto social. Além da transformação dos escravos em trabalhadores livres, havia um ideal de sociedade no qual as experiências do cotidiano de ex-escravizados e negros que já eram livres deveriam se adequar.

Por exemplo, a resistência dos libertos em seguir rigidamente o expediente de um trabalhador assalariado, e a tendência em concentrarem seus esforços no cultivo de lavouras de subsistência foram vistas pelas autoridades como um sinal da impossibilidade de trazê-los para o mundo do progresso. Ademais, a fase pós-abolição não foi uma época em que brancos e não-brancos tinham oportunidades iguais, muito pelo contrário, havia toda uma preocupação em garantir que eles continuassem sendo diferentes e desiguais.

Pensando o trabalho negro na fase pós-abolição

Pensar em pós-abolição no nosso país é pensar em uma realidade muito próxima. Basta lembrar que as pessoas mais velhas de nosso tempo conviveram com ex-escravizados negros. Em um passado não muito longínquo ainda existiam antigos escravos negros, arrancados da África para trabalhar no Brasil.

No imaginário das elites e nos projetos imigrantistas, *África, escravidão, escravo e o negro* eram associados à *barbárie*. A nação estava em jogo e a substituição do escravo pelo trabalhador livre seria menos uma questão de cálculos, prejuízos e lucros, quando não se desejava qualquer tipo de trabalhador livre, mas sim o imigrante, o branco europeu, considerado capaz de garantir a *civilização* e o *progresso* do Brasil.

O debate de temas ligados ao mundo do afro-brasileiro na pós-abolição tem sido uma das lacunas da historiografia. Para o senso comum, a trajetória do negro no Brasil se confunde com a história do sistema escravista. Assim, a investigação histórica do negro não é uma tarefa fácil, haja vista que a cultura oficial praticamente reduz a história do negro à escravidão.

Logo, questionamos: a ausência dos ex-escravizados e negros de um modo geral dos anais da história no período pós-abolição está inserida ou não numa ideologia eurocentrista e movida por certo preconceito racial, ainda que silenciado? Abolindo-se a escravidão, o foco das atenções é deslocado para temas como: industrialização, urbanização, modernização, oligarquia cafeeira. Um pouco de atenção e veremos que o não-branco foi de certa forma, esquecido da história da Primeira República (1889-1930). A seguir temos traçado um quadro desse período:

Esta substituição de temas e de enfoques tem sido justificada de modo sucinto e algo taxativo: o negro apático para o trabalho livre e acostumado à coação de um sistema irracional de produção não pôde fazer frente à concorrência representada pelo imigrante europeu, trabalhador este já afeito a uma atividade disciplinada, racionalizada e regulada a partir de contrato de compra e venda da força de trabalho (AZEVEDO, 2004, p. 18).

Devido ao encarecimento da mão-de-obra escrava africana, uma alternativa foi trazer brancos para o trabalho no campo e na indústria nascente, provocando assim uma tentativa de branquear a mão-de-obra. Isso foi recorrente na pós-abolição. Diante desta

situação, milhões de negros se viram na condição de trabalhadores que deveriam receber alguma forma de salário.

O mercado de trabalho no período da Primeira República se materializava de certo modo, como resultado do processo histórico que moldou esta sociedade. Nele persistiam situações de desigualdade racial, dentre as quais se destacava a exclusão dos negros. A República não lhes assegurou emprego, educação, moradia, participação política. Não houve nenhuma política pública em seu benefício. Pelo contrário, continuou reproduzindo os mecanismos de desigualdade racial. Podemos perceber que:

(...) depois da escravidão... Sei lá, talvez simplesmente a continuação da vida, mas não a reencarnação da morte na *nova* sociedade do trabalho. A luta entre estes modos diferentes de ver a vida deu-se nas ruas, e a revolta da vacina em 1904 pode ter sido o último grito de protesto da cidade negra clássica – o grito estridente de consciências diferentes, que clamavam apenas por um pouco de tolerância (CHALHOU, 1988, p. 105).

Logo após o fim da escravidão sobrava mão-de-obra negra na cidade, contudo eles eram impedidos de atuar no mercado formal e na indústria que começava a florescer, partindo então para trabalhos considerados ruins. Os imigrantes, por outro lado, receberam vários incentivos para vir para o Brasil e para São Paulo, ainda que as condições de trabalho muitas vezes fossem difíceis.

O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma batalha pela memória das lutas populares abolicionistas e pelas demandas de integração e cidadania. No Brasil, durante a segunda metade do século XIX, assistimos a uma transformação no que se refere ao chamado *mundo* do trabalho.

No início do século XX, a industrialização brasileira ainda era incipiente, era mais vantajoso investir no café, por exemplo, do que na indústria. Mas a região Sul, por exemplo, estava em pleno processo de industrialização e tinha nos descendentes dos escravos sua principal fonte de mão-de-obra.

É consenso que a experiência da escravidão permanecia profundamente gravada na memória coletiva dos negros. Muitos negros migraram para as cidades, pois acreditavam que haveria melhores condições de vida para eles e suas famílias. Mas “O fluxo do campo abarrotava o mercado de trabalho, minando a situação econômica de antigos moradores da cidade e destinando a maioria dos negros urbanos aos empregos menos valorizados e de baixos salários” (FONER, 1988, p.15).

Não conseguindo moradias dignas esses migrantes negros viviam em favelas que se espalharam pelos subúrbios das cidades, onde a pobreza e sujeira causaram epidemias e os índices de mortalidade excediam em relação aos habitantes brancos das cidades. Foi assim na sociedade americana do período pós-emancipação, o mesmo ocorrendo com nossos afro-descendentes brasileiros.

Nesta mesma época, o governo republicano tratou de incentivar e até custear a imigração de italianos, portugueses e espanhóis. Ao mesmo tempo, tratou de excluir os africanos do mercado de trabalho formal, visando eliminar a herança biológica e cultural africana. Para a elite brasileira, o negro era considerado bárbaro e selvagem, se tornando um empecilho para a construção do país como nação *civilizada*. Diante disso:

O trabalhador recém-liberto não viveu a experiência de ser outro. Está marcado por uma nova ordem em que a única fala, a única vontade é a do patrão. O sofrimento, o embate, a discussão são inadmissíveis. A vontade do senhor não deve ser contrariada. Discordar é desrespeitar. Não há espaço nem condições

para se conviver com a diferença, contra a qual se decreta o silêncio. Essa é a prática dos patrões (MONTENEGRO, 1988, p. 68).

Quanto à questão do negro no mercado de trabalho, é sabido que havia falta de ações sociais para com a população negra associada a uma profunda reticência por parte da classe média em geral em aceitá-la em empregos formais de melhores salários.

Os/as trabalhadores/as negros/as na *capital do trabalho*

Durante as primeiras décadas do século XX, os afro-brasileiros deixaram rastros de memória sinalizadores de experiências da liberdade e relações de trabalho e práticas de luta para sobreviver num país estranho com costumes diferentes. Após a abolição da escravatura, os negros e afro-brasileiros tiveram de enfrentar o problema do ingresso no mercado de trabalho *livre*. O trabalho do afro-descendente na cidade de Campina Grande não se descortina para nós como um livro aberto. Não nos propomos a explicar, apenas a interpretá-lo, compreendê-lo. Restam-nos tentar dar ao trabalhador negro uma visibilidade e dizibilidade maiores, pois

Talvez muitos não saibam, mas a Paraíba é um Estado predominantemente negro. Segundo dados do último censo, realizado no ano 2000, 56,2% do total de 3.444.794 habitantes da Paraíba, ou seja, 1.937.738 se declararam pretos ou pardos, quando perguntados pelo (a) recenseador (a) do IBGE acerca da cor de sua pele. Estes, pretos e pardos, somados, formam a categoria “negro/negra” adotada pelo Movimento Negro do Brasil (LIMA; LIMA; ROCHA, 2008, p.37).

Ao que parece, a abolição da escravidão para os negros em geral, especialmente para os negros campinenses significou não uma fuga a todo o trabalho, mas um fim às labutas sem recompensa. A liberdade significava mais do que simplesmente receber salários. Os libertos pretendiam assumir o controle das condições em que trabalhavam livres da autoridade branca e queriam ter maior autonomia econômica.

Após termos adentrado ao universo pós-abolição do trabalhador negro de uma forma geral, nos ateremos ao trabalho do afro-brasileiro, buscando caracterizar a massa trabalhadora escrava paraibana. Quanto ao trabalho e o cotidiano escravo Lima (2006, p.103-104) nos diz que

Estes escravos estavam distribuídos em duas grandes atividades econômicas, a saber: a agricultura e os serviços domésticos. Aqueles escravos considerados lavradores eram, em termos absolutos, 509 trabalhadores, ou, em percentagem, 60,5. Quanto ao outro setor, doméstico, havia 329 cativos, o que em percentagem significa 39,3%. (...) No mais das vezes, nas lides cotidianas, o mesmo escravo que trabalhava a terra poderia estar desempenhando alguma atividade artesanal no interior da propriedade em outro momento. O mesmo podia ocorrer com uma escrava doméstica, que após os afazeres domésticos na casa de seus senhores, poderia perfeitamente ajudar na lavoura ou então na pecuária.

Ademais, os egressos da escravidão e seus descendentes campinenses constituíram suas experiências de vida, luta e trabalho nessa localidade, buscando garantir condições dignas de sobrevivência. Eles desenvolveram táticas inventadas e/ou

reinventadas, onde arranjos, lealdades e subalternidades marcaram a luta contínua por trabalho, liberdade e cidadania. Assim

A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O *próprio* é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para *captar no vôo* possibilidades de ganho. O que ela ganha não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformá-los em *ocasiões* (CERTEAU, 2007, pp. 46-47, grifos do autor).

Portanto, Michel de Certeau idealiza em sua obra *Invenção do Cotidiano*, diz que as práticas sociais cotidianas estão cheias de invenções e criações que escapam ao condicionamento social. Para ele, *na cultura ordinária a ordem é exercida por uma arte*. Arte de burlar, de esquivar e de inventar outra ordem, através de táticas e astúcias cotidianas. Para ele, astúcia é quebrar a ordem estabelecida, se (re) apropriando das normas e leis e inventando um cotidiano singular.

Nesse trabalho, apontamos os diversos modos de fazer dos afro-brasileiros para (re) inventarem práticas de sobrevivência. Podemos afirmar que a partir de uma grande quantidade de fragmentos — encontrados em artigos de revistas, discursos, crônicas etc — podemos reconstituir um pouco das *maneiras de fazer* dos trabalhadores escravizados e seus descendentes que formavam a sociedade campinense daquela época.

Em se tratando da nossa cidade, tentamos entender como os negros se defrontaram no processo social depois da libertação. Os primeiros africanos aqui chegaram por causa da expansão das atividades socioeconômicas do povoado, que passaria a se chamar Vila Nova da Rainha e, finalmente, cidade de Campina Grande. Observemos que

Todo esse desenvolvimento estava logicamente ligado à condição de Campina como *empório comercial do algodão*, a qual já assim se configurava desde 1910, quando começa a atrair grande quantidade da fibra produzida no interior da Paraíba e dos Estados circunvizinhos. O fato é que Campina Grande assume como praça algodoeira, ampla influência no espaço regional, abrangendo, além de todo o Cariri e os Sertões Paraibanos, o Seridó Norte-Rio-Grandense e o sul do Ceará, chegando o seu raio de atuação aos Estados do Piauí e Maranhão. Nas três primeiras décadas é intensificado esse comércio, só arrefecendo na década de 40 com a proliferação das estradas de rodagem e, conseqüentemente, dos caminhos (GURJÃO, 2000, p. 69).

Embora não nos pareça estranho a constatação da falta de acesso à instrução por parte dos escravos, situação que poderíamos imaginar pouco alterada nos anos posteriores à abolição, a mesma não se constituía como principal requisito diante da realidade vivida nos primeiros anos do século XX. O trabalho nas fazendas e mesmo nas atividades fabris e industriais que se formavam nas cidades, não requeriam de modo significativo uma instrução formal.

A mesma idéia pode ser atribuída às especializações, pois o trabalho nas fábricas e incipientes indústrias igualmente desconsideravam de início pelo menos, habilidades específicas, ao considerarmos que a maioria destes ofícios era apreendida no próprio

trabalho. Os negros, mesmo que só alguns poucos, trabalharam em algumas indústrias, ferrovias, como jornalistas, músicos, literatos, funcionários públicos etc.

Podemos ler nas entrelinhas através do discurso de posse de SOARES (2008, p.23) quando se referia a Cristino Pimentel: “Pelos nove anos, ou seja, por 1907, iniciava-se em trabalhos de sapateiro e ferreiro. No primeiro, com *D. Pretinha*, sua vizinha”, “velha sapateira com quem aprendi a bater sola e taxiar sapato”. Infere-se que D. Pretinha — seu nome nos leva a concluir que era de cor negra — exercia a função de sapateira, (re) inventando práticas de sobrevivência na *Capital do Trabalho*, assim como muitos outros afro-brasileiros contemporâneos seus.

Vimos que não só aqui, mas em muitas partes da região Nordeste, as principais funções ocupadas por estes ex-escravos foram: oleiro, carroceiro, cavouqueiro (trabalhador das pedreiras), batedor de facas, sapateiro, ferreiro, balaieiro, rendeiro, alugado, vendeiro, tropeiro, aguadeiro (vendedor de água), vendedor de leite e capim para alimentação de animais de transporte, empregado doméstico, funileiro etc.

Duro ofício o de carroceiro, pouco mais suave do que o de cavouqueiro, que, dia e noite, trabalha na pedreira por um salário que não paga as marcas que a fragmentação das pedras lhe deixa. Zé 14 foi um pária que o dever da luta pela subsistência colou à vida, que a mesa redonda das humanas contingências resolveu que passasse pela ribalta do mundo sem deixar vestígios. Desventurado Zé 14! O seu drama fez-me lembrar um outro, a que assisti – de um negro velho que caíra morto, certa noite, na porta de um hotel e foi levado, já fedendo, para o cemitério (PIMENTEL, 1956, p. 200).

Procurando enxergar um pouco além, percebemos nesses escritos as funções que eram exercidas pelos ex-escravizados e seus descendentes na tentativa de garantir moradia e sobrevivência. Alguns outros se inseriram em relações de trabalho assalariado nas poucas fábricas de tecelagem, na construção da ferrovia ou no comércio local. Na Paraíba, especialmente em Campina Grande, um dos nossos cronistas campinenses mais ilustres nos dá uma idéia desse quadro ao escrever sobre as primeiras décadas do século XX. Algo chama-nos a atenção ao se referir a um negro que conhecera chamado Manoel Maria:

Todo esse ba-ba-bú para falar de um negro que o destino marcou profundamente... Chamou-se em vida Manoel Maria. Foi um capoeirista valente. No samba e na rua respeitado... Chegou em Campina como tombador e lotador de fardos de algodão, trazido pelo cel. Zumba Monteiro, para quem trabalhou muitos anos a fio. Era natural de Timbaúba dos Mocós... O negro Manoel Maria sofreu na velhice o quanto ou mais gosou na mocidade. Decrépito, suportou à força o peso dos seus oitenta anos. O destino, ainda brincando com ele, fê-lo apanhar *pepéis* sujos na rua, para viver. Quando era negro forte, marcou uma época no carnaval com o seu “*Crube Decente de Cambimbas*”, como se expressava na sua linguagem de *analfabéto* (PIMENTEL, 1956, pp. 290-291, grifo do autor).

Assim, nos tempos que se seguiram à abolição os trabalhadores foram (re) inventando a liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem sobrevivência e cidadania na cidade campinense. Nosso cronista relembando o passado, ainda nos diz sobre o negro Manoel Maria:

Manoel Maria, coitado, amargou a vida muitos anos. Nos seus dias penosos de desespero, com a necessidade a lhe chicotear o lombo cansado, sentenciava para quem lhe ouvia: *“Todo nêgo é caruave a desgraça...”*. Trabalhou tanto, lutou tanto e o destino ingrato, através da má vontade dos patrões que lhe exploraram a condição de preto, sustigava-o, castigava-o, como a sêca castiga o povo do Nordeste, que vive e resiste de teimoso que é... (PIMENTEL 1956, pp. 293-294).

Percebemos no caso desse homem negro, que apesar de ter sido muito explorado em sua força de trabalho na sua juventude, o seu trabalho — tombador e lotador de fardos de algodão — não lhe proporcionaram envelhecer com dignidade. Notamos na sua fala “Todo nêgo é caruave⁴ a desgraça...” que ele estava sendo levado a reproduzir o discurso reinante na sociedade da época, ou seja, que o negro era amaldiçoado, não tinha inteligência, cultura etc. Foi imposto aos negros as tarefas menos qualificadas e mais penosas, muitas vezes sem qualquer tipo de contrato firmado. Prosseguindo adiante no olhar pelo mundo do trabalho dos afro-brasileiros em nossa cidade, inferimos que a chamada *Capital do Trabalho* não ofereceu condições dignas de vida ao afro-brasileiro. Percebe-se claramente pelas pistas e sinais deixados no decorrer do tempo, que houve discriminação sócio-econômica sofrida pelos negros e mulatos naquele período.

Considerações finais

Através do tempo, houve uma desqualificação do africano em todas as áreas e talvez leve mais algumas décadas para toda essa imagem e esses discursos, que foram construídos em torno dele sejam desmistificados. A princípio, notamos que a imagem do negro perante a sociedade não é muito boa, impondo-se-lhe a restrição no mercado de trabalho.

A reprodução dessa situação impede a mobilidade social do negro. Seu salário é inferior ao percebido pelo branco, estão associados a trabalhos menos qualificados, ocupando principalmente posições menores em setores de menor status social. Há exceções, mas, infelizmente não é a regra. A eles são oferecidos cargos que não exigem qualificação, sendo a presença do branco superior à do negro em posições que requerem especialização.

A participação do negro é maior nos setores da construção civil e serviços domésticos. As taxas de desemprego são maiores entre os trabalhadores negros. Os dados comprovam que a duração do desemprego, isto é, o tempo que o trabalhador negro gasta para conseguir um emprego é bem maior do que o tempo gasto pelos brancos.

Apesar disso tudo, não podemos afirmar que o negro depois da abolição da escravatura ficou completamente à deriva, excluído do mercado de trabalho e da vida nacional. É verdade que o quadro exposto anteriormente aponta para um negro anômalo: desempregado ou realizando serviços braçais, analfabeto, desarticulado social e politicamente, despreparado para a vida moderna. Mas não é tudo que pode — e deve — ser dito acerca do destino dos ex-escravizados e de seus descendentes. A história é mais complexa, multifacetada, contraditória e rica de fatos, cenários, personagens e contextos do que se imagina.

Além dos negros que ficaram marginalizados — que por sinal foram muitos — houve aqueles que também ascenderam social e culturalmente, destacando-se em

⁴ O termo *caroável* no dicionário Aurélio significa: carinhoso, meigo. Mas do contato com a língua dos nossos ancestrais negros, aprendemos que *caruave* quer dizer propenso, predestinado etc

profissões de prestígio, sendo reconhecidos em ambientes letrados e respeitados pelos mais diferentes extratos da sociedade. Mas isso é outra história.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 2. Ed., São Paulo: Annablume, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*; Petrópolis; Vozes, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na cidade do Rio*. In: *Escravidão*. Revista Brasileira de História – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março de 1988/agosto de 1988.
- FONER, Eric. *O Significado da Liberdade*. In: *Escravidão*. Revista Brasileira de História – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março de 1988/agosto de 1988.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova*. In: *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria da Educação, 2000.
- LIMA, Luciano Mendonça de. *Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.
- LIMA, Luciano Mendonça de; LIMA, Maria Vitória; ROCHA, Solange P. da. *A Escravidão na Paraíba: Trabalho, Cultura e Resistência*. In: *História da Paraíba – ensino médio*/ organizadores Antônio Clarindo B. de Souza e Fabio Gutemberg R. B. Sousa. 2. Ed., Campina Grande: EDUFCEG, 2008.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *Abolição*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o Livro do Passado*. Campina Grande-Paraíba: Editora Teone, 1956.
- SOARES, Antônio Filipe Sampaio Neiva. *Discurso de posse*. In: *Revista da Academia de Letras de Campina Grande*. Ano XXVII – Nº 6 – Outubro de 2008.